Parágrafo único. Os cartórios eleitorais, centrais de atendimento ao eleitor e todas demais unidades com atendimento ao público externo devem manter número de servidores suficientes, na unidade de lotação, de forma a garantir o pleno atendimento presencial durante o horário de expediente.

Art. 4º A realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos gestores das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do servidor.

Parágrafo único. É garantido o pleno atendimento ao público externo e/ou interno, sob pena de suspensão, a qualquer tempo, do regime de teletrabalho na unidade.

Art. 5º. O Corregedor, para as atividades dos cartórios e centrais de atendimento ao eleitor, e o Presidente, para as atividades das Secretarias, poderão, a qualquer tempo, diante de notícia de falha no atendimento às demandas da unidade, alterar, no todo ou em parte, o plano de trabalho e /ou metas ou, em último caso, suspender o regime de teletrabalho de toda unidade.

Art. 6º As condições para a realização do teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul serão estabelecidas por ato do Presidente.

Art. 7º Fica revogada a Resolução TRE-RS n. 332, de 11 de julho de 2019.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 15 de junho de 2021.

Desembargador Arminio José Abreu Lima da Rosa,
Presidente.

Desembargador Francisco José Moesch,
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral.

Desembargador Eleitoral Silvio Ronaldo Santos de Moraes

Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

Desembargador Eleitoral Gerson Fischmann

Desembargador Eleitoral Amadeo Henrique Ramella Buttelli

Desembargador Eleitoral Oyama Assis Brasil de Moraes

RESOLUÇÃO N. 361, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

Revoga a Resolução TRE-RS n. 302, de 8 de março de 2018, que oficializa o Hino da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução TRE/RS n. 302, de 8 de março de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, reunido em sessão por videoconferência, aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte e um.

Desembargador Arminio José Abreu Lima da Rosa,
Presidente.

Desembargador Francisco José Moesch,
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral.

Desembargador Eleitoral Silvio Ronaldo Santos de Moraes

Desembargador Eleitoral Gerson Fischmann

Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

Desembargador Eleitoral Amadeo Henrique Ramella Buttelli

Desembargador Eleitoral Oyama Assis Brasil de Moraes